PUC Minas
CENÁRIOS PUC MINAS

ConjunturaInternacional

ano 2 • nº 02 • 20 a 26/02/2005 • ISSN 1809-6182

Análises:

24/02/2005 – Coréia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa p.01

Muito se falou sobre a declaração por parte da Coréia do Norte no sentido de confirmar sua posse de armas nucleares, mas pouco foi dito acerca das possíveis motivações do anúncio norte-coreano, tampouco se buscou contextualizá-lo no âmbito da problemática maior relativa à proliferação de armas de destruição em massa, fenômeno característico do sistema internacional contemporâneo.

25/02/2005 – A resolução 1559 e o assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafic Al Hariri e seus impactos para o equilíbrio regional de poder no Oriente Médio p.05

Os desdobramentos políticos da resolução 1559 para a política interna libanesa e para as relações entre Síria, Israel, países árabes e grandes potências.

Resenhas

25/02/2005 – Aumenta a instabilidade no Haiti.....p.09

O país atravessa um momento de grande instabilidade política com a proximidade da data de um ano de queda do regime de Jean-Bertrand Aristide, com a recente fuga de 481 prisioneiros, muitos políticos, da Penitenciária Nacional e com a acusação de abusos sexuais e incentivos à prostituição com relação às tropas de paz.

25/02/2005 – A reunião do Conselho de Diretores da Agência Internacional de Energia Atômica e os rumos da política de controle de armas nucleares p.11

A reunião do Conselho de Diretores da AIEA tem início em 28 de fevereiro próximo e vai discutir, dentre outros tópicos da agenda, sua atuação com relação à segurança e salvaguardas.

Coréia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa

Análise
Segurança

Layla Dawood
24 de fevereiro de 2005

Muito se falou sobre a declaração por parte da Coréia do Norte no sentido de confirmar sua posse de armas nucleares, mas pouco foi dito acerca das possíveis motivações do anúncio norte-coreano, tampouco se buscou contextualizá-lo no âmbito da problemática maior relativa à proliferação de armas de destruição em massa, fenômeno característico do sistema internacional contemporâneo.

As recorrentes referências ao problema da proliferação das chamadas armas de destruição em massa[1] por parte de analistas internacionais e dos próprios meios de comunicação — em função de recentes desdobramentos em países como Iraque, Irã, Coréia do Norte e Síria — acabam levando à concepção errônea de que essa é uma questão recente das relações internacionais. Em realidade, o histórico do emprego de armas químicas e biólogicas, ou seja, de parte do que hoje se conhece como armas de destruição em massa, remonta à antigüidade e as tentativas de controle de sua utilização já se encontravam presentes por volta de 1600.

Pode-se dizer que o uso de substâncias tóxicas como armas de guerra foi uma prática comum durante a Antigüidade e a Idade Média. Consta que, em 429 a.C., espartanos incendiaram piche e enxofre com o intuito de criar fumaça tóxica na Guerra do Peloponeso e em 300 a.C. os gregos poluíam os suprimentos de água de seus oponentes com cadáveres de animais. Se o histórico de utilização de armas químicas e biológicas é antigo, também o é o das tentativas de controle de seu uso, as quais se iniciaram no século XVII, quando da realização do primeiro acordo contra a utilização de munição tóxica, estabelecido em 1675.

Contudo, armas químicas tais como o gás mostarda (agente vesicante), o cloro gasoso e o fosfogênio (agentes sufocantes) foram amplamente usadas durante a

[1] Termo que engloba armas nucleares, químicas e biológicas, sendo, entretanto, passível de críticas, dada a percepção de igualdade que provoca no que se refere aos efeitos do uso de cada qual desses armamentos e às maneiras pelas quais a contenção de sua proliferação deva se dar. A despeito de tais críticas, optou-se, aqui, pela utilização do referido termo em função de seu uso corrente no âmbito acadêmico e midiático e do reconhecimento de que os três tipos de armamentos assemelham-se na própria diferenciação que se estabelece entre estes e os armamentos convencionais.

Primeira Guerra Mundial por franceses, alemães e britânicos, causando danos a 1,3 milhão de pessoas e 100 mil mortes. É sabido que a maioria das potências militares desenvolveu armas biológicas ao longo do século XX, mas atribuem-se às dúvidas quanto a sua eficácia militar – dificuldade de precisão na dispersão dos microorganismos, dependência de condições climáticas favoráveis e efeito demorado –, aliadas à forte reprovação da opinião pública ocidental, as razões que inibiram o emprego de tais armas por aqueles estados no curso da Segunda Guerra Mundial.

No que se refere particularmente às armas nucleares, sendo sua invenção, em termos históricos, relativamente recente e seu poder de destruição apenas demonstrado em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, as tentativas de contenção da proliferação de sua posse e utilização acabaram tomando maior envergadura apenas na década de 1960. No intervalo entre 1945 e 1960, as tentativas estatais, em fóruns internacionais, de formulação de acordos de controle de armas concentravam-se na feitura de um tratado que alcançasse o completo desarmamento.

Embora se possa destacar o caráter eminentemente retórico das referidas iniciativas de completo desarmamento, fatores como os avanços tecnológicos que diminuíram os custos iniciais de programas nucleares, o conseqüente aumento na produção mundial de plutônio e os testes nucleares empreendidos pela China em 1964 aportaram novo impulso à elaboração de um tratado direcionado especificamente à contenção da proliferação de armas nucleares. Em 1970, como resultado de negociações entre os EUA, 4 de seus aliados, a URSS, 5 de seus aliados e 8 países não-alinhados, entrou em vigência o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Embora averigüar em profundidade os motivos que levaram às referidas negociações multilaterais em um ambiente bipolar ou o teor de tais negociações extrapole os limites deste texto, algumas considerações parecem plausíveis no que tange à feitura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Durante a Guerra Fria, temia-se que a aquisição de armas nucleares por países envolvidos em intensos conflitos regionais aumentaria as chances de utilização de tais armas, podendo resultar em confrontos de grandes proporções entre as duas superpotências na hipótese de que seus respectivos aliados estivessem envolvidos naqueles conflitos em lados opostos. Tal perspectiva justificaria, naquele contexto, o compromisso por parte dos detentores de armas nucleares, 5 países até então[2], de não transferir a terceiros seus arsenais, o controle dos mesmos ou a tecnologia de sua produção, embora nem todos estes tenham aderido ao tratado imediatamente.

No início da década de 1990, o analista internacional Charles Krauthammer sustentava que, a despeito do fim da Guerra Fria, a ameaça de guerra não se encontrava menos presente. Reconhecia a emergência de um novo ambiente estratégico, caracterizado pelo relevo ora adquirido por parte de pequenos estados em função da posse de armas de destruição em massa e de seus meios de entrega[3].

A referida percepção parece ter sido insuflada pela guerra entre Irã e Iraque de 1980-88, na qual ambos os países se valeram de seus arsenais químicos. Revelou-se aí o fato de que países fora do eixo Leste-Oeste haviam adquirido armas químicas e biológicas, bem como a alta probabilidade de que novos programas nucleares pudessem estar em curso, dada

[2] EUA, França, Reino Unido, URSS e China.

[3] O termo "meios de entrega" refere-se aos instrumentos de dispersão ou efetiva utilização de armamentos como bombas, mísseis, sprays, etc.

a negligenciada vastidão dos programas de desenvolvimento de armas químicas por parte dos estados envolvidos naquele conflito.

A despeito do fato de que o fim da Guerra Fria tenha diminuído as perspectivas de confronto entre as grandes potências nucleares, a possibilidade de intervenção militar em conflitos regionais, como o ocorrido na Guerra do Golfo de 1990-91, colocou em questão o fato de que tropas intervencionistas, até mesmo as missões de paz da ONU, poderiam enfrentar exércitos, bem como civis, armados nuclear, química e biologicamente, o que remete à dimensão não-estatal do problema, que consiste na posse e utilização desses armamentos por atores que não os estados, tais como terroristas e guerrilheiros.

Evidencia-se, portanto, a falência do mecanismo de controle de armas no qual residiam as maiores expectativas de efetividade — os tratados de não-proliferação — tanto no âmbito não-estatal, uma vez que civis não aderem, obviamente, a tratados, quanto no estatal, sendo que a própria Coréia do Norte ratificou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e, posteriormente, declarou sua retirada do mesmo. Nesse sentido, seu recente anúncio referente à posse de armas nucleares insere-se no contexto maior de ineficácia dos tradicionais meios multilaterais de controle de armas de destruição em massa.

Em 1993, a despeito da ratificação do TNP e posterior assinatura do protocolo de salva-guardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) pela Coréia do Norte, este país negou o acesso da agência a determinados recintos, ao que esta respondeu com uma demanda ao Conselho de Segurança da ONU para que autorizasse a realização de inspeções especiais ou *ad hoc* nos referidos recintos. Em seguida, as autoridades norte-coreanas anunciaram sua denúncia do tratado. Contudo, o tratado prevê uma espécie de aviso prévio, sendo que a denúncia apenas se efetiva 90 dias após o anúncio de retirada. Durante este intervalo, seguiram-se negociações bilaterais entre EUA e Coréia do Norte que culminaram na decisão norte-coreana de suspender sua retirada em troca da sustentação de um *status* especial: apenas as atividades nucleares contemporâneas poderiam sofrer inspeções, mas não as antigas.

Em 1994, os EUA assinaram o acordo que ficou conhecido como *Agreed Framework* por meio do qual a Coréia do Norte permitia inspeções mais abrangentes por parte da AIEA e mantinha-se membro do TNP em troca de auxílio estadunidense na resolução dos problemas energéticos norte-coreanos. Ambas as partes acabaram insatisfeitas no que tange ao cumprimento do acordado, sendo que, em 2002, a Coréia do Norte teria admitido às autoridades estadunidenses que detinha um programa de produção de armas nucleares. Os EUA suspenderam, então, o auxílio energético e as autoridades norte-coreanas retaliaram com o fim do congelamento da construção de reatores nucleares, a expulsão dos inspetores da AIEA e o anúncio de sua retirada do TNP em 2003.

Recentemente, teve início um processo de negociação com a Coréia do Norte em âmbito multilateral envolvendo: EUA, China, Coréia do Sul, Japão e Rússia. Não obstante, desde setembro de 2004, a Coréia do Norte recusa-se a comparecer às negociações, o que sinaliza para o fato de que seu recente anúncio de posse de armas nucleares tenha se dirigido aos EUA no intuito de retomar as negociações de cunho bilateral e angariar concessões desse país.

Na atualidade, do ponto de vista estadunidense, conter a proliferação de tais armamentos em regiões estratégicas como o Oriente Médio seria um meio de evitar a supremacia de um dos países na região e seu conseqüente controle do

comércio de petróleo dali proveniente, inviabilizando as vendas e/ou provocando um aumento considerável no preço do produto. Embora a maioria do petróleo utilizado nos EUA não seja proveniente do Oriente Médio, um aumento global de preços repercutiria negativamente na economia estadunidense. Além disso, uma possível corrida armamentista aliada à instabilidade inerente à região proveriam um ambiente favorável à aquisição de armas de destruição em massa por parte de atores não-estatais, os quais poderiam utilizar-se de tais arsenais em ataques terroristas em território estadunidense ou contra os nacionais desse país e seus aliados.

Assim, se o alvo do anúncio norte-coreano foram os EUA, são baixas as expectativas de que o referido anúncio resulte em mudanças consideráveis na política de segurança estadunidense em relação à Coréia do Norte por uma série de motivos. Inicialmente, não foram empreendidos testes de tais armas, de modo que nem as próprias autoridades norte-coreanas sabem se estas funcionam ou não. Além disso, na hipótese de que funcionem e esse país possua meios de entrega capazes de atingir os EUA, a capacidade retaliatória da superpotência é de tal ordem que facilmente extinguiria aquele país, de modo que os custos de uma investida norte-coreana contra os EUA seriam fatais, ameaçando sua própria sobrevivência no sistema internacional. Finalmente, o aumento da capacidade de ação militar norte-coreana perante vizinhos que não são potências nucleares como o Japão afeta os EUA na medida em que ameaça aliados seus. Contudo, um empreendimento estadunidense de maior envergadura nessa região é, por ora, improvável, uma vez que desviaria recursos da região na qual se concentra atualmente: o Oriente Médio.

Conclui-se que o anúncio norte-coreano referente à posse de um ou dois artefatos nucleares não confere maior poder de barganha às autoridades daquele país em relação aos EUA. Portanto, em função da não-aceitação por parte da Coréia do Norte das negociações multilaterais empreendidas no âmbito do grupo formado por Coréia do Sul, Japão, China, Rússia e EUA, é provável que o anúncio norte-coreano implique na emergência de novas investidas de controle por parte de países da região, insuflados pelo possível incremento do potencial de destruição, principalmente de alvos civis, por parte da Coréia do Norte.

A resolução 1559 e o assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafic Al Hariri e seus impactos para o equilíbrio regional de poder no Oriente Médio

Análise
Segurança

Prof. Danny Zahreddine
25 de fevereiro de 2005

Os desdobramentos políticos da resolução 1559 para a política interna libanesa e para as relações entre Síria, Israel, países árabes e grandes potências.

A Resolução 1559, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, de setembro de 2004, endereçada diretamente ao Líbano, e indiretamente à Síria, reforça a idéia de que todas as tropas não libanesas sejam retiradas do país, assim como todas as milícias internas ou estrangeiras que estejam em operação sejam desmanteladas. Outro ponto chave na resolução diz respeito à autonomia e soberania do governo libanês, que deveria atuar de maneira decisiva no envio de seu exército ao Sul do Líbano e governar sem a influência de outros países. Além disto, a resolução também salienta a preocupação do Conselho de Segurança com a democracia libanesa e suas eleições.

Esta Resolução foi fruto de uma série de acontecimentos ocorridos no final do mês de agosto de 2004 no Líbano, que culminaram com a aprovação de uma emenda constitucional em 03 de setembro de 2004, resultado de uma proposta feita por partidos pró-Síria ao parlamento libanês, que ampliou em mais três anos o mandato do atual presidente Émile Lahoud, contrariando as expectativas das eleições presidenciais marcadas para março de 2005.

Sabe-se que a política interna libanesa, após a retirada israelense da porção sul de seu território em maio de 2000, polarizou-se em duas posições principais: uma a favor da permanência das tropas sírias no país (alguns partidos cristãos e xiitas), e uma contra a permanência das tropas (grande parte dos partidos cristãos, druzos e sunitas). Esta polarização se mostrou mais clara após a aprovação da emenda constitucional de 03 de setembro de 2004, quando vários integrantes do governo, como o primeiro ministro libanês Rafic Al Hariri (sunita), e o parlamentar Walid Jumblad (druzo), abriram mão dos seus respectivos cargos no gabinete libanês.

O Líbano possui uma história política conturbada, pois mesmo sendo um dos menores países do Oriente Médio, com um contingente militar diminuto, participa como peça chave nos conflitos da região, funcionando como ponto de fricção entre as principais disputas políticas e territoriais daquela área, como no conflito Palestino-israelense e no conflito Sírio-israelense.

Em 1975, com o início da guerra civil libanesa, estimulado por uma série de fatores como: a guerra fria; o sectarismo religioso; o grande número de refugiados palestinos em território libanês; a transferência do comando da OLP para Beirute e a invasão israelense de 1982, fizeram com que o país entrasse em uma onda de violência que durou até o início da década de 1990. Em 1976, com a guerra no Líbano cada vez mais incontrolável, a ONU decide enviar uma força de paz formada pelo exército sírio, com o intuito de pacificar o país.

Porém, na realidade, o que estava ocorrendo era um jogo onde a Síria, de um lado, tentava pressionar Israel a devolver os territórios perdidos na guerra de 1967, utilizando o território libanês como ponta de lança, enquanto Israel buscava diminuir a capacidade da OLP em praticar ataques contra o território israelense, além de aumentar o seu território com a ocupação da porção sul do Líbano, denominando-a de zona de segurança.

Após aproximadamente 15 anos de guerra civil, o conflito iniciou seu período de pacificação, que foi formalizado com os acordos de *Taif*, em 22 de outubro de 1989. Os acordos de *Taif* buscaram resolver um dos maiores problemas políticos do Líbano, que se referia à distribuição de poder entre os principais grupos religiosos, algo que seria redimensionado. Porém, ainda nos acordos de *Taif*, fica estabelecido que a presença do exército Sírio no Líbano seria também formalizada, com o intuito de monitorar o processo de pacificação do país e também o processo de devolução das áreas libanesas ocupadas por Israel em 1982. Porém, no acordo, não ficou claro qual seria o período exato de permanência das forças sírias no Líbano, algo que propiciou uma intervenção direta da Síria nos assuntos internos do governo libanês durante décadas (incluindo o período de guerra civil até os dias de hoje, 2005).

Outro fator importante para a dinâmica da região é a existência de milícias que participam do conflito entre Líbano e Israel. Este é o caso do grupo libanês *Hizballah*[1], que é considerado por alguns países como grupo terrorista, como os Estados Unidos, Grã Bretanha e Israel, e por outros como grupo de resistência, como a Liga dos Países Árabes. O *Hisballah* foi fundada em 1982, com a invasão israelense no Líbano. Ao mesmo tempo em que este grupo procura pressionar Israel a se retirar do Líbano (a retirada ocorreu em maio de 2000), ele cumpre um papel chave na região, pois funciona como um ator intermediário do conflito entre Síria e Israel, pressionando Israel através do sul do Líbano, utilizando equipamentos financiados pela Síria e Irã. Isto permite que a Síria tente barganhar com Israel sem que seja necessária a ocorrência de uma guerra aberta entre os dois países, algo que já havia ocorrido três vezes desde 1948.

Porém, com a retirada das tropas israelenses do território libanês em 2000, a Síria perde um pouco da sua justificativa de continuar em território libanês e de sustentar político-financeiramente o *Hizballah*. Mesmo com o término da guerra civil libanesa e com a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, restando apenas as *Granjas Cheeba* (território libanês que estava sob o controle sírio e ocupado por Israel na guerra de 1967) o exército Sírio continuou em território libanês, contrariando os acordos de *Taif*.

Deste modo, quando observamos os interesses externos na região, como os interesses estadunidenses com relação ao Iraque e o apoio a Israel; e os interesses franceses, no que concerne às minorias cristãs do Líbano e da Síria, vemos que a resolução 1559 vai além de uma simples preocupação com relação à necessidade de autonomia do governo libanês e de

[1] O nome *Hizballah* significa em árabe partido de Deus, sendo a palavra *Hizb* = partido e *Allah* = Deus.

eleições livres no país.

A resolução demonstra claramente o interesse do enfraquecimento de um ponto de pressão contra Israel na porção sul-libanesa, quando indica a necessidade de desmantelamento das milícias internas ou externas (*Hizballah* e grupos palestinos) e da importância do deslocamento de forças do exército libanês para o sul do Líbano.

Isto ficou claro também com a aprovação da resolução por parte dos países árabes do Golfo Pérsico e da Jordânia (países aliados da política estadunidense na região) em reunião da Liga Árabe, onde o assunto foi debatido. Além disto, a visita surpresa do presidente egípcio Hosni Mubarak a Damasco, em setembro de 2004, com o intuito de discutir a resolução 1559 com o presidente sírio Bashar al Assad, demonstra o esforço diplomático que está sendo implementado para se chegar a uma solução para esta nova acomodação política dos papéis dos atores nesta região.

A retirada das tropas sírias do Líbano causaria impactos distintos para a região. Se por um lado, o braço armado do *Hizballah* for desmantelado e a Síria se retirar totalmente do país, o Líbano poderá encontrar mais autonomia para sua política interna e externa, podendo usufruir de uma soberania real, algo que não ocorre desde o início da guerra civil em 1975. Por outro lado, uma fonte importante de pressão sobre Israel irá desaparecer, favorecendo uma maior atuação israelense na região, transformando a possibilidade de negociação sobre a devolução das colinas de *Golã* e das *Granjas Chebba* bem remotas.

Porém, como a pressão estadunidense e de seus aliados árabes sobre a Síria é intensa, ela sinaliza a possibilidade de deslocar parte de suas tropas de cidades que se localizam na costa mediterrânea e ao sul de Beirute para o Vale do *Bekaa*, principalmente na porção leste do Vale, fronteira com a Síria.

Os efetivos militares sírios vêm diminuindo sucessivamente. Em 2003 existiam aproximadamente 30.000 homens no país, atualmente (2005), cerca de 15.000 homens continuam como parte do efetivo militar no Líbano. Porém, o serviço de inteligência sírio continua atuando como uma rede muito bem organizada dentro do território libanês. Mesmo assim, as sucessivas retiradas de tropas e deslocamentos de tais efetivos para regiões próximas à fronteira Síria poderá significar um gesto de boa vontade, ou um estratagema que vise atrair Israel para possíveis negociações antes de sua retirada do Líbano.

Em janeiro de 2005, a situação interna no Líbano era bastante tensa, devido à pressão de grande parte da sociedade civil e de grandes potências contrárias à permanência da Síria no país. O ápice desta tensão se deu no dia 14 de fevereiro de 2005, quando o ex Primeiro Ministro, Rafic Al Hariri, que havia deixado o governo em setembro de 2004 por não apoiar a política pró-Síria, foi assassinado com um carro bomba na capital libanesa, Beirute.

Este atentado aumentou ainda mais a pressão sobre a Síria (ainda não se sabe quais foram os reais autores do atentado), pois a comoção gerada pela a morte do renomado ex Primeiro Ministro foi tamanha que tanto a sociedade libanesa quanto as principais potências internacionais reforçaram o pedido para que a Síria se retire definitivamente do território libanês.

Mais uma vez o Líbano aparece como o ponto de fricção e distensão entre sírios e israelenses, levando a sua política interna a impactar diretamente nos interesses de atores chaves do Oriente Médio. Resta-nos saber se na próxima reunião do Conselho de Segurança, relativa ao relatório sobre a implementação da resolução 1559, quais passos serão dados e qual papel a Síria terá neste processo.

A resolução 1559 não indica nenhuma cláusula punitiva com relação à não implementação da resolução, porém, os esforços observados na semana de 19 de setembro de 2004 e o assassinato do ex Primeiro Ministro Rafic Al Hariri, indicam que as pressões sobre a Síria, que aumentaram enormemente nos últimos meses, podem levar a uma mudança significativa do papel deste país no Líbano e no Oriente Médio, neste novo equilíbrio regional de poder instaurado após a invasão da coalizão liderada pelos Estados Unidos da América no Iraque.

Aumenta a instabilidade no Haiti

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Verxieux
25 de fevereiro de 2005

O país atravessa um momento de grande instabilidade política com a proximidade da data de um ano de queda do regime de Jean-Bertrand Aristide; com a recente fuga de 481 prisioneiros, muitos políticos, da Penitenciária Nacional; e com a acusação de abusos sexuais e incentivos à prostituição com relação às tropas de paz.

O Haiti passa por um momento de intensa instabilidade política. O governo interino, com o primeiro ministro Gerard Latortue, vem sendo contestado pela oposição. Ele é acusado de não contribuir para estabilidade do país. A oposição pediu sua renuncia sob a alegação de que o mesmo é incapaz de manter a paz e de conduzir o processo das eleições no país, que acontecerá em outubro e novembro desse mesmo ano. Latortue afirmou que não vai renunciar e que a estabilidade do país tende a sofrer cada vez mais com essas disputas pelo poder.

Em meio a essa disputa política, ocorreu uma fuga em massa, no total de 481 presos, da Penitenciária Nacional. No local estavam confinados prisioneiros de alta periculosidade e prisioneiros políticos aliados a Jean-Bertrand Aristide. Vários foram recapturados, como dois ministros do governo de Aristide, mas mais 400 ainda estão foragidos.

Por esse contexto, o clima na capital é de completa insegurança. A Guarda Nacional e Minustah[1] reforçaram as buscas e iniciaram um processo de investigação para apurar as causas da fuga em massa. Acredita-se que o fato tenha sido conseqüência de ações de grupos pró Aristide, visto que a fuga se aproxima da data de um ano da deposição do mesmo, que será completada em 1 de março.

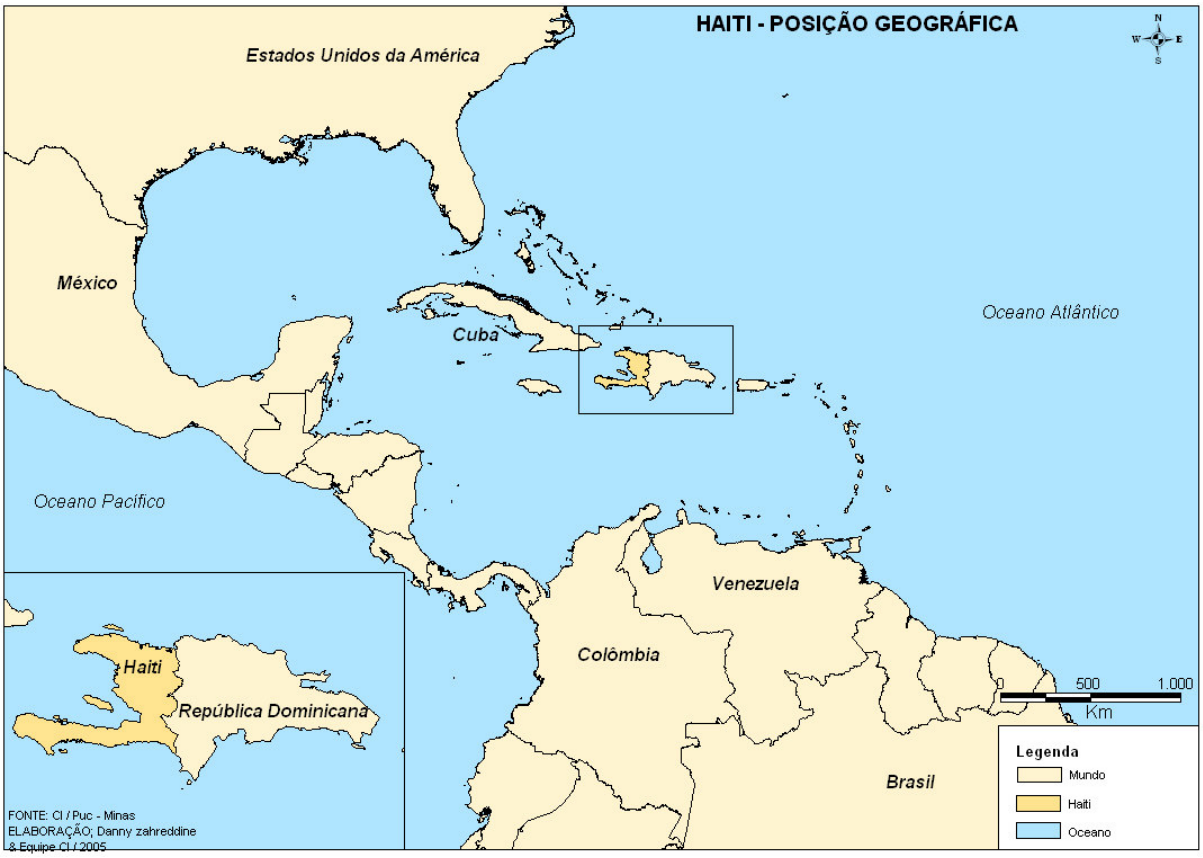
Outro fator que incrementa ainda mais o clima de insegurança são suspeitas de abusos sexuais e incentivo à prostituição recaídas sobre as tropas de paz da Nações Unidas. Não se tem clareza sobre as acusações, mas há vários relatos de estupros e de mulheres molestadas. Especialistas acreditam que tais fatos possam tirar a credibilidade da Missão de Paz frente à população, o que dificultaria mais o processo de estabilização do país.

Contrapondo toda essa situação está a missão da Cruz Vermelha Internacional. Esta vem desenvolvendo um trabalho de revitalização da periferia da capital, em regiões mais pobres como as favelas. O trabalho consiste prioritariamente na limpeza urbana, na mobilização da sociedade civil e no fortalecimento da Cruz Vermelha do próprio país. A Cruz Vermelha Internacional ainda tenta arrecadar mais recursos internacionais para a reconstrução do país, mas não tem obtido muito sucesso.

Observadores internacionais afirmam que o número de atentados e conflitos armados deva aumentar com a proximidade da data de um ano da deposição de Aristide. Eles ainda acreditam que a tropa de paz precisará do apoio da população haitiana para suas

[1] Minustah - Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.

missões, e, por isso, seria conveniente que as suspeitas com relação aos abusos sexuais fossem superadas ou retratadas o quanto antes.



Referência

BBC

BBC Brasil

Folha de São Paulo

The New York Times

A reunião do Conselho de Diretores da Agência Internacional de Energia Atômica e os rumos da política de controle de armas nucleares

Resenha
Segurança

Jéssica Naime
25 de fevereiro de 2005

A reunião do Conselho de Diretores da AIEA tem início em 28 de fevereiro próximo e vai discutir, dentre outros tópicos da agenda, sua atuação com relação à segurança e salvaguardas.

O Conselho de Diretores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) iniciará sua reunião na próxima segunda-feira em Viena a fim de discutir as diretrizes de atuação da Organização, principalmente os tópicos relacionados à segurança internacional e às salvaguardas. O Conselho de Diretores da Agência é composto por 35 representantes de países associados, que são eleitos pela Conferência Geral, que encampa representantes de todos os países membros. O Conselho se reúne cinco vezes ao ano, e tem como função recomendar ações à Conferência Geral concernentes ao programa, orçamento e o fundo da Agência, além de ponderar a respeito de novas solicitações de entrada de novos membros. É também atribuição do Conselho aprovar acordos sobre salvaguardas, estabelecer os padrões de segurança, assim como indicar o Diretor Geral, com a aprovação da Conferência Geral.

Na agenda da reunião dar-se-á ênfase na problemática da possibilidade Síria, Egito, Irã e Coréia do Norte desenvolverem seus programas nucleares e construírem armas.

A Coréia do Norte anunciou recentemente que teria construído artefatos nucleares e que estaria suspendendo as negociações multilaterais[1]. Segundo o Diretor geral da AIEA, Mohamed El Baradei, o país tem plutônio suficiente para obter entre 6 e 8 ogivas nucleares, e seu programa nuclear está em discordância com as normas do regime internacional de proliferação de armas há 12 anos, tempo que, segundo o Diretor, é suficiente para o desenvolvimento de tais armas.

Levantaram-se suspeitas de que o Egito estaria realizando experimentos com materiais nucleares. E por isso estaria na lista de países onde seriam intensificadas as investigações. Entretanto, El Baradei afirma que o país não representa uma ameaça, e que a suspeita devia-se à problemas de comunicação entre o governo egípcio e a Agência acerca dos avanços de suas pesquisas na área.

O Irã representa hoje um dos principais

[1] A esse respeito ver Coréia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa

pontos de conflito entre a AIEA e o governo estadunidense. Este último acusa El Baradei de ser muito complacente com o país islâmico e, em contrapartida bastante enfático com Israel. Este, que não é parte do regime de Não Proliferação de Armas Nucleares, é amplamente reconhecido como detentor de bomba atômica, embora ainda não tenha desenvolvido testes.

O governo de George W. Bush acredita que o Irã, apesar de ter concordado em receber os inspetores da Agência de Energia Atômica e ter declarado a interrupção do processo de enriquecimento de Urânio [ver Irã renova seu acordo com França, Alemanha e Grã-Bretanha nas vésperas de reunião da AIEA], continua desenvolvendo veladamente suas plantas com a intenção de produzir armas nucleares. A Casa Branca intenciona buscar uma política de ação mais enérgica para com o governo dos Aiatolás no Irã, uma vez que acusa os Estados europeus de agirem com certa condescendência em relação aos iranianos. Alemanha, Grã-Bretanha e França utilizam a política de incentivos para lidar com o Irã, oferecendo vantagens econômicas em troca da paralisação do programa nuclear iraniano. Os resultados obtidos até então são fruto dessa negociação, entretanto não se sabe até que ponto o Estado muçulmano está disposto a interromper sua corrida rumo à produção de armas atômicas.

O histórico da relação entre Irã e o Ocidente no que diz respeito ao desenvolvimento de seu programa nuclear e seu enquadramento nas regras estabelecidas pela Agência reguladora não é favorável à consolidação de sua credibilidade. Durante uma inspeção de cerca de dois anos, técnicos da AIEA descobriram duas plantas de desenvolvimento do programa nuclear que estariam escondidas por dezoito anos. O governo iraniano declarou que o programa não era designado para a construção de armas e sim para o abastecimento energético doméstico. Argumenta ainda que tal produção seria necessária devido ao isolamento do país em função das sanções econômicas impostas.

Há cerca de um ano, o Irã tem se mostrado disposto a discutir sobre seu programa nuclear e a possibilidade de enquadrá-lo nos termos do Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP). Acredita-se que o país deseja obter vantagens econômicas, pois sofre há vinte anos com os efeitos do embargo econômico a que foi submetido. Tal atitude seria então condizente com o pragmatismo do governo, característica essa que muitos atribuem à sua política externa. Entretanto sustenta-se, principalmente entre membros da inteligência estadunidense, que os Aiatolás podem voltar atrás com sua decisão e que o acordo feito para interromper o enriquecimento de urânio é temporário e conveniente.

Por outro lado, o Diretor Geral El Baradei tem se mostrado bastante confiante no estabelecimento de um possível acordo, tendo declarado que há seis meses nada de novo foi descoberto nas plantas nucleares do Irã, e que o país está cumprindo o acordo. Porém admite que o país tem conhecimento necessário para a construção de armas, e que, se o desejar, pode obtê-las em pouco tempo. Assim sendo, El Baradei defende uma política de ação baseada antes na diplomacia do que no uso da força. Enfatiza ser imprescindível a manutenção de um debate multilateral e diplomático, sob o risco de Irã voltar a ocultar seu programa nuclear e ou impedir o acesso de inspetores da Agência, encerrando a discussão no foro multilateral.

El Baradei credita à instabilidade no Oriente Médio e ao medo de possíveis ataques, a corrida nuclear desempenhada por alguns países como Irã e Coréia do Norte. Sustenta que o fato de que certos Estados já detenham armas nucleares,

como Israel por exemplo, que pode representar uma ameaça aos muçulmanos, impulsiona o gatilho para o desenvolvimento de programas nucleares de países que se sentem inseguros frente essa situação. Deste modo, defende a busca por uma estabilização dos conflitos no Oriente Médio.

É valido salientar que Mohamed El Baradei já anunciou sua intenção em concorrer a um terceiro mandato como Diretor Geral da AIEA. O egípcio ocupa o posto desde 1997, quando veio substituir Hans Blix. El Baradei conta com o apoio dos países europeus, porém é sabido do descontentamento da administração Bush com sua política de ação. Oficialmente, os representantes estadunidenses na Agência posicionam a favor de uma maior rotatividade no cargo de Diretor Geral. Cabe ressaltar que El baradei é o quarto diretor Geral da AIEA desde que foi criada em 1957, e que seus antecessores exerceram longos mandatos com sucessivas reeleições.

Referência

AIEA

Mother Jones

The Brookings Institute

The Washington Post

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucaristíco - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: http://www.pucminas.br/conjuntura